

Sintomas da linguagem popular



Por **FLÁVIO R. KOTHE***

Um povo, que tem muitos templos e cujas cidades se constroem em torno de uma igreja matriz, não é um povo confiável

Nos templos, os fiéis aprendem a considerar absurdos como verdades normais. Não contestam porque aderem ao que é pregado. Nada estranham. Não interrompem um padre ou pastor para colocar em dúvida o que está dizendo. Quanto maiores os absurdos, mais acreditam que sejam verdades absolutas. É uma concepção dogmática, que não admite a dúvida como princípio do conhecimento.

A oligarquia latifundiária também não aceitava ser contestada. Aos berros do dono, os escravos tinham de baixar os olhos, aceitar as punições. O pelourinho ficava em frente às igrejas. Essa atitude de exigir submissão se introduziu nas universidades com o poderio dos catedráticos e, depois, com o poder dos grupos que dominam departamentos.

Um povo, que tem muitos templos e cujas cidades se constroem em torno de uma igreja matriz, não é um povo confiável. Ele aprendeu a ser dominado e manipulado, a acreditar em absurdos dogmáticos, a aceitar a palavra autoritária. Isso é tão interiorizado e comum que não é percebido. Desconfia-se de quem desconfia. Não se quer pensar, não se quer que se pense. É mais fácil e cômodo crer. O “ateu” é considerado um coitado, que está despido da proteção divina, não alguém que teve a coragem de superar fantasias compensatórias. O “me engana que eu gosto” é aí a regra de um povo.

Quando o comprador acha que conseguiu algo por um preço inferior ao que essa mercadoria vale para ele e quando o vendedor sabe que conseguiu revender por um preço mais alto do que o objeto lhe custou, então se acha que houve um bom negócio. Cada um está feliz por ter passado a perna no outro. Essa é a base das relações sociais. Nos templos se consagra a hipocrisia do cotidiano.

Cada um aprende a mentir e a usar a mentira como moeda de troca. Trocam-se elogios para não dizer verdades. Fazem-se convites e promessas que de antemão se sabe não serão cumpridas. O sistema eleitoral institui a mentira em imagens, palavras e agrupamentos.

Por quase dez anos morei à beira do Báltico. Lá não se dizia que se iria fazer algo se não se tivesse a intenção de cumprir. Não era preciso prometer. Podia-se confiar no que as pessoas diziam. Preferiam dizer logo que não fariam do que enganar a outros com promessas vãs. Quando se recebia um raro convite para aparecer na casa de alguém na hora tal do dia tal – mesmo que fosse três meses depois –, isso valia para o local e o horário.

Não era como o convite de um carioca ao qual se é recém apresentado e que logo diz “passa lá em casa”: trata-se de uma forma de cortesia, uma hipocrisia que não tem sentido literal. A última meia dúzia de governadores cariocas está presa ou sob suspeita. Parece que é lá condição para ser candidato. O problema não está nos eleitos e sim, sobretudo, nos eleitores, que aceitam o jogo do “me engana que eu gosto”. Quando alguém se apresenta com discurso moralista, o mais sensato é desconfiar de sua fala.

Há expressões populares – como judiar, isso não é bem católico, a situação ficou preta – que são sintomáticas do povo que as usa. Sob o termo “judiar” está agir como um judeu, pela culpa que os judeus supostamente carregam por condenar,

torturar e matar o Salvador, como se o poder efetivo lá não fosse o romano: é o antissemitismo. “Isso não é bem católico” significa que não é bem correto, como se o único critério do correto fosse ser católico: é a intolerância religiosa. Uma situação ficar “preta” significa ficar ruim, da cor dos negros escravos: é o racismo.

Aliás, como mostrou Nietzsche na *Genealogia da moral*, a palavra mau vem de *malus*, a cor escura da pele, dos olhos e do cabelo dos escravos no Império Romano, enquanto a cor clara dos patrícios era *bonus*. Ser senhor era bom; ser escravo, ruim. Em inglês, *fair* significa de cor clara e bom. Os deuses gregos e romanos pareciam mais com a aristocracia do que com os escravos que ela tinha. A escultura, a arquitetura e a pintura religiosa serviam para consagrar a dominação. Essa arte era racista e escravagista. Quem não vê isso, endossa.

Não havia espaço no Olimpo para um deus de origem pobre, operária, a defender pobres e desvalidos. Na *Iliada*, quando o soldado Tércites ousa discursar na assembleia contra o fato de estarem todos há dez anos longe de casa e os comandantes nobres ficarem com todos os espólios, ele é surrado por Ulisses e todos dão risada. A crença de que Apolo levaria o sol numa carruagem pelo céu é um sintoma do atraso mental grego, mas isso não é questionado pelos helenistas.

Para o grego era grandioso que um deus estivesse a servi-lo carregando o sol pelo céu assim como é para o cristão ter um deus que tenha morrido para lhe dar vida eterna. Para uma frágil idosa é consolador dizer “vá com Deus”, como se houvesse uma Divina Providência a cuidar de tudo, a obedecer aos seus desejos. Quando Kant, Schopenhauer e Nietzsche propuseram a Vontade a determinar o que se entendia por verdade, eles estavam desconstruindo essa intenção de ver como verdadeiro aquilo que é projeção do desejo, da ânsia de dominar.

Outra expressão popular, “o buraco fica mais embaixo”, de forte conotação sexual, sugere que devemos tratar de aprofundar as questões para encontrar respostas pertinentes. Exatamente isso, porém, é o que não se faz. É mais cômodo crer em dogmas catequéticos do que deixar a dúvida fazer sua dança. Se o Sermão da Montanha é uma antítese à ética patrícia, precisaria ser questionado como tal, mas não se quer saber. Se estão pondo fogo nas matas para plantar soja e fazer pastagens, não se pergunta se para o país e para a natureza é melhor o interesse do agronegócio, a fazer seu “negócio da China”.

Não se quer que se pense, mas apenas que se pense que se pensa, fazendo de conta que o fazer de conta seja toda a conta a fazer. Quanto maior o absurdo em que se crê, mais se crê, achando absurdo que não se creia. O inconsciente da política é a teologia. Cada um quer garantir o paraíso para si, mas antes de morrer. Deus não assusta mais como juiz supremo: ele está obrigado a amar os pecadores e já se tornou pretexto para justificar todos os crimes. Parece que, se houver outra vez, o Capeta, como último dos justos, vai ter de impor as penas devidas.

***Flávio R. Kothe** é professor titular de estética na Universidade de Brasília. Autor, entre outros livros, de *Ensaio de semiótica da cultura* (UnB).